



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII- GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARLA EDLARA DE MEDEIROS SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA NO MUNICÍPIO DE
SANTANA DE MANGUEIRA-PB**

PATOS - PB

2017

MARLA EDLARA DE MEDEIROS SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA NO MUNICÍPIO DE
SANTANA DE MANGUEIRA-PB**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Administração.

Área de concentração: Políticas e Gestão Pública.

Orientador: Prof.^a Ayalla Cândido Freire

PATOS - PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Maria Edlara de Medeiros
Políticas públicas e agricultura familiar [manuscrito] : Análise da implementação do Programa Garantia Safra no Município de Santana de Mangueira - PB / Maria Edlara de Medeiros Silva. - 2017.
28 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação: Profa. Ma. Ayalla Cândido Freire, CCEA".

1. Garantia Safra. 2. Políticas Públicas. 3. Agricultura familiar. I. Título.

21. ed. CDD 320.6

MARLA EDLARA DE MEDEIROS SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA NO
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Graduação em Administração da
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Administração.

Área de concentração: Administração Pública.

Aprovada em: 01/05/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Ayalla Freire Candido (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Eunice Ferreira Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Joacino de Oliveira Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é fruto de alguns anos de experiências divididos entre formação acadêmica, pesquisas e docências, além da vida pessoal, social e de amizades intensas. Este trabalho é a soma de contatos e conhecimento que fui adquirindo nestes anos, e assim sendo devo a muitas pessoas que passaram por minha vida nos últimos anos, alguns agradecimentos. Todas elas, mesmo que indiretamente, contribuíram para minha formação e aprendizagem, e para minha percepção do mundo.

Agradeço primeiramente a Deus, a Jesus, Santíssima Virgem Maria e a Nossa Senhora Santana por serem meu sustento e estarem me protegendo todos os dias. Agradeço a minha mãe Maria Cristina e ao meu pai Raimundo Wellington que mais do que qualquer pessoas, merecem todo agradecimento pela educação, amor e incentivo, e que não mediram esforços para eu conseguir chegar até aqui, mesmo com algumas dificuldades no meio do caminho.

Agradeço, também, a meu noivo, Diogenes Pereira, pela paciência, compreensão, incentivo, e tolerância diante das minhas ausências e crises de mau-humor durante esse período. As minhas avós Maria do socorro e Mariana Eliseu, e a meus avôs Antonio Inácio e Pedro Alexandrino de Araujo Filho (in memória), que são meus espelhos de pessoas honestas e trabalhadoras.

Agradeço a minha orientadora, Ayalla Candido, e aos membros da banca examinadora, que abraçaram a ideia desse trabalho e me auxiliaram diretamente nessa conquista. Aos professores e funcionários da UEPB também sou grata, pela aprendizagem e acolhimento.

Aos os meus colegas de curso agradeço pelos quatro anos de companheirismo e ajuda pessoal, vocês foram indispensáveis na minha formação principalmente a Eumara, Márcia, Wagner, Marcos, Messias, Josineide e Leonardo.

Agradeço a familiares que me apoiaram e me acolheram com tanto carinho em suas residências nesse período de estudo, a Tia Monica, Tio Carlos, Minha prima Maria do Socorro, Tia Taty e Tia Francisca. Agradeço a Daiane Lima pelos dois últimos anos compartilhando um pequeno cômodo, mais com muita amizade e carinho convivemos, apesar das inúmeras diferenças existentes. Agradeço a Tião Bernardo pelas inúmeras viagens de madrugada para nos conduzir a UEPB. Àqueles que me repassaram as informações necessárias a esta pesquisa, também sou grata.

“Falar e escrever sobre política pública é fácil,
difícil é fazer a política pública no dia a dia sem
partidarismo ou fogos de artifício.”

Lucas Froner de Oliveira Silva

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	06
2.	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	08
2.1	O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	10
2.2	A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	12
3.	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	14
4.	A IMPLEMENTAÇÃO DO ‘GARANTIA SAFRA’ NO MUNICÍPIO... ..	16
	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	22
	APÊNDICE A –.....	26
	APÊNDICE B –.....	27

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB

Marla Edlara de Medeiros Silva¹
Prof.^a Ayalla Cândido Freire

RESUMO

A aparição do Programa Garantia Safra marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil, uma vez que beneficia famílias de agricultores que comprovam residir em municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico. O estudo da implementação de programas governamentais tem sido utilizado para explicação do sucesso ou insucesso dos municípios em atingir os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de implementação da política pública do garantia safra no município de Santana de Mangueira -PB. Essa política é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criada em 2002, a partir da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 e está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em termos metodológicos trata-se de um estudo de caso, analisado a partir de uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica, com abordagem qualitativa e descritiva. Seus dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com integrantes da implementação da política no município, e aplicação de questionários com os beneficiários do programa. Os dados secundários foram adquiridos por meio de documentos, artigos acadêmicos e leis governamentais e municipais. No estudo pôde-se concluir que a política pública do garantia safra a nível municipal seguiu de forma satisfatória categorias de implementação como equipe, coordenação, comunicação, monitoramento, metas e resultados, e insatisfatória a categoria de recursos financeiros.

Palavras-Chave: Garantia Safra. Políticas Públicas. Implementação.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas para a agricultura familiar estão atualmente pautadas em criar instrumentos de focalização de apoio à produção de alimentos produzidos por agricultores, e instrumentos que deem segurança a renda desses que não obtiveram êxito na safra atual (SCHRÖDER, 2010). Dentre os acontecimentos mais importantes que advieram na esfera das políticas públicas no Brasil voltadas para área agrícola, pode-se destacar o Programa Nacional

¹ Aluno de Graduação em Administração na Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII.
Email: marla.medeiros@hotmail.com

de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) criado desde 1996, o mesmo possui grande importância na consolidação da atividade produtiva agrícola. O PRONAF foi criado a partir de mobilizações nacionais de várias organizações representativas da agricultura familiar, que tinham como objetivo alcançar uma melhor reestruturação socioeconômica (SCHRÖDER, 2010).

A agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país, mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, que correspondem a 84% dos números estabelecimentos rurais (BRASIL, 2016). No Nordeste a comunidade de menor renda são os pequenos agricultores, essas pessoas dependem basicamente da agricultura para sua subsistência, ficando mais vulneráveis nos anos de seca devido à grande perda de suas safras (LEITE, 2001). Dessa forma, fica nítida a importância de programas que fortaleçam o âmbito agrícola, para que os efeitos climáticos, em específico a estiagem, não prejudiquem o cidadão e a economia local que dependem do desenvolvimento deste setor (SANTOS et al., 2012).

Nesse contexto, a problemática que trata o presente artigo é: De que maneira ocorre a implementação da política pública do garantia safra no município de Santana de Mangueira - PB? Localizado na microrregião de Itaporanga – PB e categorizados pelo IBGE como sendo de pequeno porte, Santana de Mangueira -PB possui uma população de 5.292 habitantes, com perfil econômico rural. O fato que levou a pesquisa a ser realizada neste município foi à grande importância da política na localidade, uma vez que esse se encontra numa região sujeita frequentemente a seca e estiagem, e possui um orçamento municipal sustentado integralmente pelas famílias agricultoras.

O garantia safra é uma ação do PRONAF, inicialmente voltada para os agricultores localizados na região do Nordeste, entretanto em 2012 com a Lei Nº 12.766, o Poder Executivo autorizou incluir agricultores familiares de outros municípios situados fora desta área. Para que os outros estados possam se enquadrar no programa, os mesmos devem comprovar que se encontram em municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico (BRASIL, 2006).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de implementação da política pública do garantia safra no município de Santana de Mangueira-PB. Para que se possa alcançar esse objetivo, determinamos os seguintes objetivos específicos como: Coletar informações dos componentes da equipe responsável pela implementação da política pública do garantia safra no município de Santana de Mangueira-PB; Descrever desafios enfrentados na implementação

da política pública a nível municipal; e Coletar opiniões dos beneficiados pelo programa Garantia Safra no Município, acerca da efetividade da implementação da política. Como instrumentos de coletas de dados, utilizamos questionários e entrevistas com implementadores e beneficiários da política, dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), documentos fornecidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e pesquisas bibliográficas.

O desenvolvimento desse tema contribuirá para o enriquecimento sobre o campo da implementação de políticas públicas no setor agrícola e na avaliação da política no Programa Garantia Safra, os resultados obtidos poderão inspirar novos estudos acadêmicos sobre o tema. Este estudo também pode contribuir no incentivo de novas pesquisas sobre a implementação de políticas públicas, uma vez que esta fase pode ser considerada a mais importante do ciclo, pois nela é possível reavaliar erros cometidos na fase de formulação e tomada de decisão e colocar em prática as metas e resultados traçados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Não existe uma só definição para o termo políticas públicas, RUA (1998) a define como um conjunto de métodos que expressam uma afinidade de poder e que se dedicam à resolução dos conflitos quanto a bens públicos. Souza (2006) sintetiza a definição que a política pública nada mais é do que um campo do conhecimento, que procura colocar o governo em ação, e quando necessário analisa e propõe melhorias para essa ação. Outras definições apresentam a política pública como uma atividade de organizar o poder e as ações do governo por meio de metas, distribuição de bens públicos, planos governamentais, e outros atos que estejam voltados para o interesse público e social (KAUCHAKJE, 2007).

Segundo Teixeira (2002, p. 2):

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (...) políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

A política pública, por natureza estar relacionada ao interesse público, pois de alguma forma acaba afetando, mesmo que indiretamente, todos os membros de uma sociedade, por este motivo tornam-se tão importante conhecer como elas são formadas, orçadas, implementadas e avaliadas (PROCOPIUCK, 2013). A elaboração de uma política deve ser planejada

detalhadamente, não é só um conjunto de decisões, ela envolve toda uma sociedade como foi citada a cima.

Ao iniciar um estudo sobre determinada política, é necessário fazer uma análise da mesma, onde seu papel é encontrar problemas, que possam ter soluções a serem testadas, por esse motivo, o analista deve estar apto a redefinir o problema de forma que consiga uma possível melhoria (PROCOPIUCK, 2013). O resultado da política deve ser o compromisso público entre a sociedade e o Estado.

O objetivo das políticas públicas é conseguir responder as necessidades da sociedade, em especial aos mais vulneráveis, essas necessidades implicam em ampliar os direitos de cidadania, promover o desenvolvimento por meio de geração de emprego e renda, controlar conflitos entre diversos atores sociais, mesmo hegemônicos (Teixeira, 2002). Outro ponto que deve ser destacado é que além de objetivos, as políticas também possuem tipos, por esse motivo é importante conhecê-los para definir o tipo de atuação que pode ter frente à formulação e implementação da mesma. Teixeira, (2002, p.3) apresenta alguns critérios que podem ser utilizados para identificar estes tipos:

quanto à natureza, que podem ser estrutural, que busca intervir em relações como emprego e renda, ou conjuntural, que tentam amenizar uma situação temporária, imediata; Quanto á abrangência de possíveis benefícios podem ser universais, segmentais e fragmentadas; E quanto aos impactos que pode causar aos beneficiários ou ao papel relações sociais, podem ser distributivas, visam distribuir benefícios individuais (...) redistributivas, visam distribuir recursos entre os grupos sociais (...) e regulatórias visam definir e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade.

A vida de uma política pública também pode ser organizada em fases sequenciais e interdependentes, formando-se um ciclo, esta é uma forma de tornar sua elaboração menos complexa, como o modelo sistêmico, que apresenta suas fases divididas em etapas sequenciais. Assim o próximo tópico mostrará citações sobre cada fase que compõem o ciclo das políticas públicas na visão de autores distintos.

2.1 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Diversas versões já foram desenvolvidas sobre as fases do ciclo de política pública, porém este trabalho utilizou o modelo apresentado por Secchi (2015), onde o mesmo se restringiu a sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção. “A aproximação com a área de análise de políticas públicas comumente se dá por meio da abordagem sequencial, também denominada ciclo de políticas públicas” (LIMA e D'ASCENZI,

2013, p. 101). Por não ser objetivo principal do trabalho aprofundar a análise dessas fases, faremos apenas citações do que se trata cada uma delas, para situarmos a discussão e em seguida, aprofundar a fase de implementação, foco do trabalho.

A **identificação do problema** é o ponto de partida para a criação de uma política, muitos problemas públicos podem estar presentes há muito tempo em meio a sociedade, porém não receberam uma devida atenção, pelo fato em que a própria tenha aprendido a conviver com os mesmos. A partir do momento em que o problema recebe sua carecida atenção por algum ator político, esse então lutará para que este entre na lista de prioridades de atuação, conhecida como agenda (SECCHI, 2015).

A **formação da agenda** ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro do governo (RUA, 2012). Após a identificação dos problemas, devem-se decidir quais necessitam de maior prioridade no momento, levando em consideração o cenário real em que a população se encontra. Após essa triagem os problemas que carecem de ser solucionados de imediato, ganham espaço na agenda, porém nem todos serão resolvidos, haverá primeiramente um planejamento para avaliar alguns fatores como: recursos disponíveis, custo e urgência do problema, para só então ser escolhidos. “Alguns problemas ganham ou perdem espaço na agenda de acordo com episódios marcantes ou sazonalidades, como ondas de criminalidade e epidemias de dengue (SECCHI, 2015).

A fase de **formulação de alternativas** está relacionada à tomada de decisões sobre as diferentes alternativas possíveis, e qual delas será selecionada, ou seja, como os governos esclarecerão seus propósitos em programas e ações que produzam resultados (SOUZA, 2006). Essa fase é composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas (LIMA e D'ASCENZI, 2013). A etapa de aperfeiçoamento de alternativas é o momento em que são organizados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão obter os objetivos estabelecidos, um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos (SECCHI, 2015).

A **tomada de decisão** é vista como a etapa que sucede a formulação de alternativas de solução (SECCHI, 2015). Após todas as alternativas serem avaliadas, nesta quarta fase se definirão quais serão os cursos das ações adotadas, para escolher a melhor solução, levando em conta fatores como restrições de tempo, recursos a serem utilizados e acesso a informação, assim a decisão pode traduzir a escolha de uma solução satisfatória, mais não necessariamente excelente (LEITE, 2006).

A etapa de **implementação** é o momento em que o planejamento e a escolha são transformados em atos, ou seja, quando se parte para a prática. O próprio processo de implementação, tem embutido no seu contexto, a tomada de decisões, que se transformará numa fonte de dados e informações que irão contribuir para a implementação, e produzir elementos para avaliação desta (PAESE e AGUIAR, 2012). Portanto a implementação, pode ser abrangida como o conjunto das atividades que ocorrem logo após a aceção das diretrizes da política, que abrangem tanto o empenho para administrar, como seus substantivos impactos sobre pessoas e eventos (RUA, 2012).

A **avaliação** é a fase do ciclo de políticas onde ocorre um feedback das fases antecedentes, ou seja, se controla e supervisiona a realização da política, com o intuito de reconhecer melhor o estado da política, e quanto foi o nível de redução do problema, isso possibilita a correção de possíveis falhas para maior efetivação (SECCHI, 2015). A avaliação consiste também na interrogação sobre o impacto da política (LIMA e D'ASCENZI, 2013).

Da mesma forma que o ciclo de vida dos organismos possui um fim, o ciclo das políticas públicas também, esta **extinção** acontece no momento da morte da política pública (SECCHI, 2015). Isso ocorre quando o problema encontrado na primeira fase do ciclo é resolvido; ou quando este problema apesar de não ter sido resolvido, perdeu a importância e saiu da agenda das políticas; ou então quando as ações que ativaram a política não resolveram o problema em questão.

2.2. A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação faz parte do ciclo das políticas públicas, a mesma sucede a tomada de decisão e antecede a avaliação da política, é nessa fase que os **resultados** são produzidos, mas do que isso, é na fase de implementação que os erros anteriores à tomada de decisão são identificados, com o objetivo de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e expectativas exageradas (SECCHI, 2015). Em outras palavras, esta fase consiste em colocar em prática os objetivos e metas traçados pelos implementadores, tomar as decisões necessárias, e definir as estratégias que serão usadas para se conseguir atingir as **metas e resultados** delineados (COHEN E FRANCO, 1993). Segundo Rua (2012, p. 93) para que isso ocorra são necessários diversos aspectos do processo administrativo como: “Provisão de recursos no orçamento, formação de equipes, elaboração de minutas de projeto de lei autorizando realização de concurso para contratação de servidores, elaboração de editais para aquisição de bens ou contratação de servidores”.

Para que ocorra uma implementação com resultados satisfatórios é necessário primeiramente uma **equipe e coordenação** eficiente e eficaz. Rua e Romanini (2013) ressaltam que quando a equipe responsável pela execução da política não é suficiente, cooperativa e eficaz, em conseguir contornar os obstáculos externos, esses fatores afetam decisivamente na implementação. Por esse motivo que as pessoas responsáveis por compor este grupo devem ser capacitadas e informadas sobre a política que está sendo implementada no município.

A política pública quando envolve diferentes níveis de governo, diferentes regiões ou ainda diferentes setores de atividades, sua implementação pode-se tornar complexa e difícil de controlar, por esse motivo mesmo se tratando de uma política a nível local, é de bastante importância possuir uma boa rede de **comunicação** entre os membros e governo, e um vínculo entre diferentes organizações e agências públicas para facilitá-la e melhorá-la (RUA e ROMANINI, 2013). Outro ponto importante sobre comunicação citado por Condé (2012), é a “distância”, ou seja, o fato de, muitas vezes, a política ser elaborada “fora”, onde quem está na ponta do sistema precisa ser induzido a implantar algo que não foi por ele formulado. Por esse motivo é necessário que não haja restrição de informação, e todos os componentes da equipe tenham conhecimento sobre a política (LEITE, 2006). Ainda sobre essa ótica, Condé (2012, p. 93), apresenta alguns problemas gerais que podem ocorrer no processo de implementação;

1. Excesso de centralização e controle (...) um dos efeitos práticos é que o gestor não conhece realmente a política (...)
2. Eventualmente, diretrizes originais não chegam ao alvo, ou seja, a política é apresentada como pronta e as pessoas envolvidas não sabem exatamente porque estão fazendo aquilo, essa falha pode ser por excesso tecnocrático e/ou por falhas de comunicação, quem implanta precisa conhecer porque faz determinadas coisas.
3. Relação deficiente com o público alvo, tratando-o como depositário da política e não como sujeito ativo para seu sucesso, acredita-se que as pessoas não precisam saber como é ou como funciona o programa.
4. Falta, pura e simples, de conhecimento do programa como um todo e suas partes particulares.
5. Falta de capacitação de gestores é um problema recorrente, capacitação envolve muitas ações: a própria formação, a atualização sobre determinado campo e treinamento específico. Isso afeta a capacidade para decidir e cumprir tarefas.
6. Seleção deficiente de público e inadequação de instrumentos de divulgação (...) o programa pretende ser amplo, mas a divulgação é restrita.
7. Falta de recursos por atraso, inadequação ou falta de informação do organismo gestor para o controle do programa.
8. Inadequação de instrumentos para efetivação do programa. Pode faltar, por exemplo, infra estrutura para realizar ações...
9. Óbvio incapacidade de monitorar, por falta de instrumentos, de capacitação ou de ambos.

No sétimo problema citado acima por Condé (2012), ele resalta como problema a falta de **recursos** financeiros dentro do processo de implementação, Leite (2006) complementa este fator, expondo que para que a implementação tenha resultados satisfatórios, os recursos

financeiros ou materiais devem ser suficientes para atender todas as necessidades presentes e futuras no decorrer da política.

Dada a complexidade de alguns elementos que dificultam a fase de implementação, é importante ressaltar que essa fase é um momento crucial no ciclo da política, é no aprofundamento desta fase que alguns estudos procuram entender o processo político de forma mais dinâmica e interativa (BAPTISTA e REZENDE, 2011). Dessa forma é necessário que ocorra um **monitoramento** frequente da implementação da política. Para Martins (2010), monitorar o processo da política pública permite averiguar se todos os requisitos estabelecidos na agenda estão sendo realizado, além de permitir examinar os esforços empreendidos estão sendo direcionados a ela.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão tem como alicerce a abordagem quantitativa, proporcionando um estudo mais detalhado do objeto em estudo, tendo em vista o interesse em compreender a implementação da política pública no município de Santana de Mangueira - PB. A escolha de ambas as abordagens, se deu pelo fato de que na abordagem qualitativa pode-se gerar uma descrição detalhada e compreender os indivíduos em seus próprios termos, e ela “não admite visões isoladas, parceladas, ela se desenvolve em interações dinâmicas, reformulando-se constantemente (TRIVIÑOS, 2012, p.137)”.

Quanto ao método de pesquisa, foi utilizado o estudo de caso, onde se reuniu informações detalhadas e sistemáticas sobre o fenômeno em estudo, para o qual se procura resposta (MARCONI e LAKATOS, 2006), Triviños (1987) aponta o estudo de caso como o mais acentuado dos tipos de pesquisa qualitativa, porém há possibilidade de utilização em pesquisa quantitativa, ainda que o considere pouco adequado à quantificação das informações. O estudo foi elaborado a partir de múltiplas fontes de provas, como as entrevistas, questionários e pesquisas em arquivos públicos, tendo com contexto de pesquisa a cidade de Santana de Mangueira -PB, localizada na microrregião de Itaporanga – PB, categorizados pelo IBGE como sendo de pequeno porte, com população de 5.292 habitantes e perfil econômico rural. A cidade foi escolhida por possuir uma melhor acessibilidade aos resultados sobre a política em estudo, e possuir uma grande quantidade de beneficiários do programa.

Em relação ao seu objeto, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e de campo, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para contextualizar a temática e arquitetar o referencial teórico. Quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva, uma vez que pretendeu avaliar e

descrever as características do fenômeno em estudo, e entende-lo como um todo (VERGARA, 2004). A coleta de dados de acordo com Yin (2001) pode ser uma tarefa difícil e complexa, e se não for bem planejada e conduzida, todo trabalho de investigação poderá ser prejudicado, por esse motivo, para análise dos resultados desta pesquisa foram utilizados dados primários e secundários.

Os **dados primários** foram adquiridos por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada, abordando especificamente perguntas sobre as categorias de Implementação da Política Municipal em estudo, cujos sujeitos de pesquisa foram o Secretário da EMATER e diretor responsável pelo DAP (declaração de aptidão ao PRONAF), o Ex-Secretário de Agricultura do Município e a atual Secretária de Agricultura. Os mesmos foram escolhidos por terem grande conhecimento sobre o programa em estudo e por participarem da implementação da política no município. A entrevista permitiu a indagação dos respondentes sobre os fatos em pesquisa e proporcionou aos entrevistados que os mesmos pudessem demonstrar e relatar suas opiniões e interpretações sobre determinados assuntos e eventos (YIN, 2001).

Ainda na coleta dos dados primários ocorreu à aplicação de um questionário de 18 questões dicotômicas, divididas por seis categorias analíticas: 1) Implementação do Programa, 2) Equipe e Coordenação, 3) Comunicação, 4) Metas e Resultados, 5) Recursos e 6) Monitoramento, aplicadas a 60 agricultores que se enquadravam dentro da política pública do Garantia Safra e que recebem ou já receberam o benefício esse número pesquisado está dentro de um universo de 490 beneficiados. O período de aplicação dos questionários teve início no dia 20/01/2017, e término dia 03/03/2017, havendo pausa nessas, devido aos questionários terem sido aplicados sempre em sextas e sábados, por motivos de melhor acesso aos agricultores nessas datas.

Na coleta dos **dados secundários**, tendo em vista aprofundar o tema em estudo e organizar os dados primários, foi utilizado um material já elaborado, formado por livros, artigos científicos, leis governamentais e municipais obtidas no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017, publicações e reportagens avaliadas criteriosamente, determinando os conceitos empregados neste artigo. Utilizamos também dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de pesquisa no site eletrônico, na opção “Relatórios Públicos de implementação do Garantia Safra”.

Após as entrevistas realizadas e os estudos feitos sobre o tema, deu-se início a análise de conteúdo, usada para descrever e interpretar o conteúdo dos documentos e textos, descrevendo os dados qualitativos e quantitativos, ajudando a interpretar e compreender seus

resultados (MORAIS, 1999). Esse método foi utilizado para “analisar o conteúdo nas mensagens escritas, porque essas são mais estáveis e constitui um material objetivo ao qual pode voltar todas as vezes que desejarmos” (TRIVIÑOS, 2012, p.160). Para os dados quantitativos também foi usado a análise de estatística descritiva simples, a fim de apenas descrever e resumir os dados coletados nos questionários, em números estatísticos.

4. A IMPLEMENTAÇÃO DO ‘GARANTIA SAFRA’ NO MUNICÍPIO

A implementação da política pública ocorreu no ano de 2008, na safra 2008/2009, por meio da assinatura de um Termo de Adesão junto ao Governo da Paraíba, o mesmo se comprometeu a cumprir todos os requisitos estabelecidos pelo programa. Na época para que as famílias de agricultores pudessem receber o benefício, a Prefeitura Municipal fez a sua parte antecipando o pagamento da sua contrapartida junto aos Governos Federal e Estadual (Ex-secretário da Agricultura).

Os agricultores que pertencem ao município, e desejam aderir ao programa, procuram a EMATER para saber se o mesmo estão dentro dos critérios exigidos pela política, para só então, inicia-se o processo de inscrição, seleção e adesão dos agricultores (Secretário da EMATER). Depois que é feita as inscrições, a seleção é realizada pelo sistema do Garantia-Safra, que analisa as condições de cada agricultor. Com isso, é gerada uma “lista de selecionados”, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável verifica todos os inscritos, e avaliam as informações e critérios necessários (BRASIL, 2016).

No ano de 2016 o município atendeu cerca de 500 famílias, especificamente 491, o benefício foi o referente à safra 2014/2015, cada agricultor recebeu um valor de R\$ 850,00 divididos em cinco parcelas de R\$ 170,00. Os agricultores que estiverem dentro dos requisitos para aderir ao programa, receberão o benefício dividido em cinco parcelas mensais, esse valor é definido anualmente durante reuniões do comitê do programa (BRASIL, 2016). Desde sua criação no início de 2002 a política do garantia safra já beneficiou mais de seis milhões de famílias por todo o país. Segundo a Confederação Nacional de Municípios – CNM (2012), o Garantia safra originou uma forma diferente de lidar com a seca no semiárido brasileiro, pois inseriu uma nova maneira de enxergar o problema, com as seguintes inovações;

- Adoção definitiva no agir governamental da postura de que a seca é um fenômeno cíclico.
- Incentivo à agricultura familiar na região.
- Participação e responsabilização dos três Entes Federativos – União, Estados e Municípios.

- Participação da sociedade civil na implementação da ação, por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

No processo de coleta de dados durante a elaboração dos questionários, o processo de implementação foi dividido em cinco categorias, para melhor entendimento sobre o assunto, são elas: (1) equipe e coordenação, (2) comunicação, (3) metas e resultados, (4) recursos e (5) monitoramento.

Segundo Rua e Romanini (2013) a **equipe e coordenação** responsável pela execução da política deve ser suficiente, cooperativa e eficaz, em conseguir contornar os obstáculos externos, pois esses fatores afetam decisivamente na implementação da política. Em 2008, a implementação do garantia safra no município de Santana de Mangueira -PB , foi realizado pela equipe da Secretaria de Agricultura do município, porém no ano seguinte houve um aumento na demanda de agricultores a procura de adentrar ao programa, com isso a atual equipe não era mais suficiente para atender a nova demanda. Em 2009 a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo da Paraíba), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, adentraram ao grupo, para que assim fosse possível prestar uma melhor assistência aos agricultores (Secretário da EMATER).

O aumento da equipe e coordenação na implementação da política foi de bastante importância uma vez que, houve melhoras no atendimento aos beneficiários, controle e monitoramento, fato que pôde ser confirmado por meio dos dados primários adquiridos nos questionários e entrevistas, 90 % dos agricultores revelaram que consideram a equipe e coordenação atual pela implementação suficiente e eficiente para responder a todas as demandas da população beneficiada e afirmaram que estão satisfeitos com os trabalhos realizados pelo grupo, uma vez que estão trazendo resultados positivos para o desenvolvimento do programa.

No entanto para que a equipe e coordenação sejam eficiente ela deve ser primeiramente bem informada e possuir uma boa **comunicação**, sobretudo quando envolve diferentes níveis de governo, diferentes setores de atividade ou ainda, diferentes regiões, como é o caso da política do Garantia safra (RUA e ROMANINI, 2013). Para orientar melhor a equipe responsável pela implementação do Garantia Safra em Santana de Mangueira -PB, o município promove cursos de capacitação e palestras, com a participação de secretários municipais de agricultura, representantes de sindicatos e associações rurais, além de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais, a saber:

“Antes de iniciar o processo de inscrição do garantia safra, a equipe responsável por orientar os beneficiados, são capacitados para tenham um melhor conhecimento sobre o programa, e assim poderem atender as dúvidas dos agricultores com clareza (Secretária de Agricultura)”

Após a capacitação da equipe, o gestor do município junto a EMATER promove reuniões com as 32 comunidades rurais do município, para apresentar o programa aos agricultores e explicar como será feito a seleção dos beneficiários, possibilitando aos agricultores conhecimento sobre esta política (Ex-Secretário de Agricultura). Os resultados referentes a essa categoria foram bastante positivo, decorrência a maioria dos entrevistados confirmaram a existência das reuniões comunicativas e que os mesmos estão cientes das regras e informações acerca do programa. Para o município é de basante relevancia, uma vez que, qualquer que seja a política a ser implementada, é indispensável que ocorra transparência e comunicação, desde a criação da política até o monitoramento, para que assim não somente a equipe mais também toda a comunidade esteja bem informada.

Porém para que a implementação tenha resultados satisfatórios, os **recursos** financeiros e materiais também devem ser suficientes para atender todas as necessidades, (Leite, 2006). Condé (2012) ao citar problemas que podem ocorrer na fase de implementação, ele menciona que a falta de recursos por atraso, inadequação ou falta de informação, prejudicam diretamente o processo. Segundo a Secretária de Agricultura, os recursos financeiros são suficientes para realizar a implementação da política no município, porém ela ressaltou que os recursos e o número de vagas disponibilizadas pelo programa para os agricultores ainda não é satisfatório a demanda existente. Os beneficiados concordaram com esse posicionamento, tendo em vista que boa parte responderam que o valor fornecido não é suficiente para atender as necessidades diárias, sendo necessário haver uma reavaliação deste valor, e assim averiguar se o objetivo geral da política está sendo alcançado.

Mesmo com o valor fornecido aos agricultores não sendo suficiente, as **metas e resultados** do programa estão sendo alcançadas no município, uma vez que desde as safras 2011/2012 a 2015/2016 mais de 490 famílias foram beneficiadas anualmente (BRASIL, 2016). Cohen e Franco (1993), diz que os objetivos e metas do projeto são alcançados quando a população é beneficiada, independentemente dos custos implicados. No entanto em 2010, nas safras de 2009/2010, a prefeitura de Santana de Mangueira-PB não enviou a Comunicação de Ocorrência de Perdas (COP) ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), mesmo tendo aderido ao programa a menos de dois anos, esse acontecimento chegou na época, a prejudicar toda a população agrícola do município (Secretário da EMATER).

Para que todas essas categorias apresentadas sejam alcançadas de forma satisfatórias é necessário que aconteça um procedimento para monitorar a ação de implementação da política, permitindo averiguar se todos os requisitos estabelecidos na agenda estão sendo realizados, este monitoramento também pode ser usado como forma de corrigir falhas que ocorreram durante a execução da política (MARTINS, 2010). O **monitoramento** do programa Garantia Safra é realizado pelo próprio governo do estado, e controle de eficiência é feito por meio de uma Pesquisa de Satisfação, realizada com os beneficiados, de preferência os agricultores que tenham recebido o valor da safra anterior. O resultado é utilizado para estabelecer melhorias da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos operadores do programa (BRASIL, 2016). No site do MDA possui a “Pesquisa de Satisfação”, que tem por objetivo aferir o grau de satisfação dos participantes em relação à qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos operadores do programa.

A equipe responsável por este monitoramento em Santana de Mangueira -PB é a EMATER e apesar desta fase ser complexa, a adoção de recursos tecnológicos permitem que o município e o governo do estado, tenham informações importantes e suficientes sobre o andamento e desempenho do programa (Condé, 2012). De acordo com os questionários aplicados, 100% dos beneficiados afirmaram que monitoramento é realizado frequentemente, notando-se assim o comprometimento e responsabilidade da equipe em está acompanhando o programa e assim ser possível identificar e fiscalizar as metas e resultados a serem alcançados.

Apartir de todos esses resultados e análises fica evidente o desempenho na implementação do programa do município, uma vez que grande os resultados foram positivos, tanto dos beneficiários, como dos sujeitos implementadores entrevistados. Esses resultados satisfatórios são consequência do bom desempenho que a EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura realizam para desempenho dessa política.

5. CONCLUSÃO

As políticas públicas são formas de amenizar o déficit do governo com a população, porém criar políticas que supram as necessidades de toda uma população é um trabalho difícil. Por esse motivo a maior parte dos programas e políticas estão direcionadas a uma necessidade específica, tendo em vista assegurar determinado direito do cidadão para um seguimento social, cultural, étnico ou econômico. A política do Garantia-Safra, desde a sua criação, contribuiu efetivamente para amenizaras consequências negativas causadas pela seca ou estiagem, por meio de um mecanismo assegurador de renda para o agricultor durante as dificuldades enfrentadas pela perda de no mínimo 50% da safra durante esses períodos.

A implementação desta política em Santana de Mangueira -PB é muito importante para a sobrevivência dos pequenos agricultores em épocas de estiagem, decorrência da presença da EMATER e da Secretaria Municipal de Agricultura no apoio à elaboração dos projetos, divulgação do programa, acompanhamento, monitoramento e esclarecimentos de dúvidas aos agricultores. Alguns problemas são comuns na implementação dessas políticas, impedindo seu bom desempenho.

Nesse contexto, pode-se citar alguns problemas identificados na implementação da política, como o baixo valor fornecido pela política, e a necessidade de um número maior de vagas para os beneficiários do município, uma vez que a população de agricultores é ampla na localidade. Apesar desses problemas, a implementação do garantia safra no município é eficiente e bem planejada, uma vez que consegue informar toda a comunidade sobre o programa, capacitar toda equipe e coordenação, administrar os recursos financeiros de forma correta, monitorar os agricultores beneficiados e assim conseguir alcançar metas e resultados desejados.

A partir das considerações inferidas emergem algumas recomendações práticas, que podem contribuir para o desenvolvimento do programa garantia safra no município de Santana de Mangueira -PB, como: (1) uma maior participação e atenção da gestão municipal, para assim conseguir atender um número maior de agricultores, atendendo a demanda existente, (2) reuniões semestrais com os agricultores, cujo objetivo seja informá-los mais sobre o programa e suas mudanças, e por último, mas não menos importante, (3) planejamentos frequentes com todo a equipe responsável pela implementação, a fim de se decidir metas e resultados a serem alcançadas com prazos estabelecidos.

Os resultados encontrados, juntamente com as reflexões teóricas e às recomendações acima citadas, permitem recomendar alguns trabalhos que podem ampliar o escopo da pesquisa,

como: (1) estudo sobre o processo de avaliação do Garantia Safra no município, ou (2) uma avaliação da gestão pública municipal, dando foco aos impactos que ela pode resultar na política do Garantia Safra.

ABSTRACT

The appearance of the Crop Guarantee Program marks a unique moment in the trajectory of the state intervention process in agriculture and in the rural world of Brazil, since it benefits families of farmers who prove to reside in municipalities systematically subject to loss of harvest due to drought or excess Water. The study of the implementation of government programs has been used to explain the success or failure of municipalities in achieving the goals established in the design of public policies. In this context, the present study has as general objective to understand the process of implementation of the public policy of harvest guarantee in the municipality of Santana de Mangueira -PB. This policy is an action of the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF), created in 2002, based on Law 10,420 of April 10, 2002, and is linked to the Ministry of Agrarian Development (MDA). In methodological terms it is a case study, analyzed from a bibliographical, documentary and empirical research, with qualitative and descriptive approach. Their primary data were collected through semi-structured interviews with members of the municipality's policy implementation, and questionnaires were applied to the beneficiaries of the program. Secondary data were acquired through documents, academic articles, and government and municipal laws. In the study it was possible to conclude that the public policy of harvesting at municipal level satisfactorily followed categories of implementation such as team, coordination, communication, monitoring, goals and results, and the category of financial resources was unsatisfactory.

Keywords: Crop Guarantee. Public policy. Implementation.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. **A idéia de ciclo na análise de políticas públicas**. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. p.138-172. Disponível em: < www.ims.uerj.br/ccaps>. Acesso em 13 de mar. de 2017
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento rural /MDA, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>> Acesso em 06 de janeiro de 2017.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Cartilha do Programa Garantia-Safra. (Documento básico). Brasília, PRONAF/SAF/MDA. 2006. 11p.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CONDÊ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Revista Pesquisa e Debate em Educação. Responsabilização na Educação. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: < <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/24>> Acesso em 04 mar. 2017.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KAUCHAKJE, S. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Curitiba: IBPEX, 2007. 145 p.
- LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.
- LEITE, S.P. **Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policymakers**. (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – CNPq, 2006. Disponível em: < http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/AnalisePolitica%20Publica_flexor_leite.pdf> Acesso em 12 dez. 2016.
- LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 21, p. 101-110, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. – 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI Caio e outros. **Um Guia de Governança para resultados na administração pública**. Publix Editora, 2010.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PAESE, C. R. AGUIAR, A. A. G. **Revisitando os Conceitos de Formulação, Implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil**. *Revista Nupem*, campo mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas Públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de política, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: conceitos Básicos**. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Isabel. *O Estudo da Política: Temas Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, M. G. **Políticas Públicas** – 2. Ed.reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC 2012.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas**. Volume I: Conceitos e Teorias. Brasília. IGEPP, 2013. Disponível em: <
http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>.
Acesso em 24 jan. 2017.

SANTOS, E. MATOS, H., ALVARENGA, J. SALES, M. C. L. A SECA NO NORDESTE NO ANO DE 2012: **Relato sobre a estiagem na região e o exemplo de prática de convivência com o semiárido no distrito de Iguaçu/Canindé-CE**. *Revista Geo. norte*, Edição Especial 2, v. 1, n. 5, p. 819 – 830. 2012.

SCHRÖDER M. **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf**. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Seminário Temático 19, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Revista AATR, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 21. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos** 2ª. ed. Bookman, 2001.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

RESPONDENTES: Secretário da EMATER e diretor responsável pelo DAP, declaração de aptidão ao PRONAF, Ex-Secretário da Agricultura de Santana de Mangueira -PB, Atual Secretária de Agricultura de Santana de Mangueira -PB.

I. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA
1. O que é o programa garantia-safra?
2. Quem pode se beneficiar do Programa Garantia-Safra?
3. Quais são as condições para aderir ao programa?
4. Como é realizada a seleção?
5. Qual o valor do benefício garantia safra?
II. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
6. Quando o programa foi implementado no município?
EQUIPE E COORDENAÇÃO
7. Quem são os responsáveis pela implementação do programa no município?
8. Quantas pessoas têm na equipe? É o suficiente?
COMUNICAÇÃO
9. De que forma as informações são passadas para a equipe?
10. Qual sua avaliação sobre a atuação do governo federal, estadual e municipal na formulação de políticas públicas para esse seguimento?
METAS E RESULTADOS
11. Como é feita adesão desta política no município? E como é a definição da quantidade de agricultores familiares que poderão participar do garantia safra?
12. Atualmente, quantas famílias estão sendo beneficiadas no município?
13. Na sua percepção o que deveria ser melhorado no programa?
RECURSOS
14. Na sua concepção, os recursos financeiros investidos no programa são suficientes?
MONITORAMENTO
15. Como é feita a avaliação do programa garantia safra dentro do município de Santana de Mangueira -PB? Existe algum controle qualitativo para medir a eficiência dos serviços oferecidos à população?

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO

RESPONDENTE: PARTICIPANTE DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA -PB

1. DADOS PESSOAIS
Sexo: () Feminino () Masculino
Zona Rural () Zona Urbana ()
2. DADOS REFERENTES AO PROGRAMA
Há quanto tempo é participante do programa garantia safra?
Quantas vezes você foi beneficiado pelo programa?
Quantas vezes você foi beneficiado pelo programa?
3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
Equipe e Coordenação
Quanto ao número de pessoas lhe atenderam na inscrição do programa, era suficiente para responder a todas suas dúvidas? () SIM () NÃO
Comunicação
Quando o programa Garantia Safra foi implantado no município houve algum evento sobre as informações do programa, e o que vocês teriam que fazer para aderir-lo? () SIM () NÃO
Metas e Resultados
Na sua percepção os resultados estão sendo satisfatório dentro do município em relação ao programa? () SIM () NÃO
Recursos
Na sua concepção os recursos financeiros investidos no programa são suficientes? Da para responder as demandas necessárias? () SIM () NÃO
Monitoramento
Já ocorreu algum processo de monitoramento do programa garantia safra dentro do município de Santana de Mangueira -PB? () SIM () NÃO